

Os outros rostos de *La Noche de los Lápices**

Marcos Oliveira Amorim Tolentino**

O **desaparecimento forçado de pessoas** constitui um dos principais legados da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). São considerados desaparecidos todos aqueles cujo paradeiro após a passagem por um centro clandestino de detenção (entre os 500 que se sabe terem funcionado de 1975 a 1983) é desconhecido. Devido aos limites que o desaparecimento pôs sobre a sua representação (Crenzel, 2010) e sobre os *trabalhos de memória* (Jelin, 2002), muitos dos desaparecidos são recuperados apenas como um entre os 30 mil, número simbólico defendido pelo movimento argentino pelos direitos humanos (Catela, 2001, p. 86-88). Por outro lado, também *foram desaparecidos* 1.600 homens e mulheres que *reapareceram* posteriormente ao ser liberados dos centros clandestinos de detenção, segundo dados divulgados em 2003 pela Secretaria de Direitos Humanos (Algañaraz, 2003). Entretanto, a história desses indivíduos também permanece incógnita: pouco se sabe das estratégias utilizadas para reconstruir suas vidas, reinserir-se socialmente e incorporar a experiência do desaparecimento à sua história pessoal.

Nos últimos anos, notamos nas *políticas de memória* da Argentina a recuperação de outros perfis de vítimas da repressão ditatorial além dos desaparecidos políticos, tendência acompanhada pelos estudos recentes sobre a ditadura. Inicialmente, esses trabalhos tinham como característica comum a centralidade de suas análises na figura do desaparecido, tanto por ter catalisado as iniciativas oficiais de tratamento do passado ditatorial quanto pelo

* Esta pesquisa foi realizada com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação do Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

** Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicampw). E-mail: marcosoat@hotmail.com.

ineditismo dessa experiência na história da violência política no país (Calveiro, 2008; Catela, 2001; González Bombal, 1995; Forster, 1997; Kaufman, 1997). Por outro lado, atualmente há uma crescente bibliografia que recupera os efeitos da ditadura nas trajetórias de exilados (Jensen, 2010; Franco, 2008; Yankelevich, 2010; Quadrat, 2011), de presos políticos (Garaño, 2008) e de combatentes da Guerra das Malvinas (Lorenz, 2006). Entretanto, ainda são escassas as investigações empíricas sobre o que significou ser um sobrevivente dos centros clandestinos de detenção.

Ana Longoni destaca que a biografia de um sobrevivente é cindida em um *antes* e um *depois* do desaparecimento – uma identidade arrasada pela situação-limite do centro clandestino a ser reconstruída. Logo, desse mundo atroz, de contornos e limites inimagináveis, o indivíduo retorna outro, com uma visão de mundo distinta. Apenas por meio de sua memória é possível aproximar-se dos detalhes que constituíram o desaparecimento, convertendo-o assim em testemunha primordial, “porta-voz de um pesadelo”. Além disso, nele se condensaria ainda a memória do *eu* político, do militante, ativista, guerrilheiro; combatente aprisionado, torturado, mas não assassinado. Logo, a autora aponta que esse duplo valor – testemunha do terror e sujeito da militância política – seria responsável pelas polêmicas e silêncios em torno dos sobreviventes (Longoni, 2007, p. 19-22).

Nesse sentido, Emilio Crenzel afirma que um dos traços da condição particular dos sobreviventes da última ditadura argentina em relação a seus pares de outros processos similares é a incredulidade que suscitaram os relatos que deram em liberdade, ainda durante a ditadura. Na Argentina, a maioria dos sobreviventes foi liberada por seus próprios captores, tendo que enfrentar não apenas as marcas da tortura nos seus corpos e mentes, mas também o estigma gerado pelo discurso militar justificatório – eram os subversivos contra os quais se sistematizaram as práticas repressivas; o repúdio de uma sociedade que não quis escutá-los; a suspeita de alguns militantes pelos direitos humanos, fruto do caráter clandestino da repressão do conhecimento difuso a respeito dela; e os conflitos com companheiros de militância devido às transformações individuais sofridas durante a detenção (Ollier, 2009, p. 146-164), da desconfiança de que haviam colaborado com os repressores para garantir a sua sobrevivência. Nas organizações político-militares nas quais militaram, a dificuldade de reconhecer a perda dos projetos revolucionários nas mãos da ditadura (Crenzel, 2008, p. 44) e o entendimento da política no registro do sacrifício – “*que no permite regresar tras los propios pasos ni resguardarse ni*

abandonar, sin ser considerado un traidor” (Longoni, 2007, p. 15) – geraram a associação entre sobrevivente e traidor, seja em relação aos que “quebraram” colaborando com militares, seja para os que “não morreram pela causa”.¹

Segundo Ludmila da Silva Catela, essa situação se estendeu até mesmo na democracia: sobre os sobreviventes colocou-se um estigma social sintetizado na suspeita de que “por algo será” que sobreviveram. O “por algo será”, que gerava acusações implícitas e desconfianças para explicar o desaparecimento dessas pessoas (Novaro; Palermo, 2007, p. 176-177), parecia, assim, condensar as formas como se entendia o seu *reaparecimento*: “algo tiveram que fazer para sobreviver”. Além disso, seus testemunhos traziam à tona assuntos sobre os quais não se queria discutir: de um lado, a desumanização nos centros clandestinos e as respostas individuais frente a ela; do outro, a luta armada e a militância dos anos 1970. Assim, Ludmila da Silva Catela conclui que, no quadro do *boom de memórias* gerado pelas comemorações dos vinte anos do golpe de 24 de março de 1976, não haveria uma disposição social para escutá-los, como se toda informação que tivessem para oferecer já tivesse sido suficientemente lida nas páginas do *Nunca más* – o relatório final da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) publicado em 1984 – ou escutada ao longo do Julgamento às Juntas Militares em 1985 – o *Juicio a las Juntas* (Catela, 2001, p. 373).

Uma das polêmicas em torno dos sobreviventes diz respeito às suas vinculações políticas prévias ao desaparecimento. Em sua grande maioria, os desaparecidos eram indivíduos que militavam em organizações da esquerda revolucionária, armadas ou não, assim como ativistas sindicais, estudantis e militantes sociais, com diferentes vínculos com tais organizações (Aguila, 2008, p. 69). Porém, a memória da ditadura que se tornou hegemônica na democracia trouxe à tona os remanescentes dessa geração no papel de *vítimas*, o que implicou colocar a ênfase sobre a violação e o sofrimento impostos a eles, em detrimento do seu compromisso político.

Nas *políticas de memória* adotadas pelo governo de Raúl Alfonsín, por exemplo, o objetivo foi comprovar os crimes cometidos pela ditadura, o

1 O documentário de 1994 *Montoneros, una historia*, por exemplo, relata o caso de Ana, ex-militante montonera que, ao ser liberada da Escuela Superior de Mecánica de la Armada (ESMA), buscou seu companheiro e pai de sua filha, Juan. Ele, também militante montonero, negou-se a vê-la, justificando-se da seguinte maneira: “*Yo podría haberme visto con Ana, pero yo no quiero ver a Ana porque Ana es una traidora... Ana salió con vida de ese lugar, Ana... ¿qué puede ser de Ana?*” (Montoneros, una historia, 1994).

que resultou numa exclusão de qualquer referência a ideologias e compromissos políticos das vítimas. Segundo Hugo Vezzetti, recuperar um papel combatente poderia resultar para os sobreviventes na ausência de reconhecimento do seu lugar de *vítimas*, bem como nas devidas medidas legais caso se demonstrasse a sua participação em *atos terroristas* (Vezzetti, 2002). Mais do que vítimas, tinham que ser *vítimas inocentes* de equívocos e injustiças irreparáveis cometidos pela repressão (González Bombal, 1995, p. 205-207). A atribuição de inocência aos desaparecidos resumiu-se à condição de *não subversão*, de alheamento em relação à luta armada, quando deveria se basear no fato de que todos eles – até mesmo os não implicados na guerrilha – foram submetidos a um tratamento criminoso, desprovido de julgamento e “desaparecedor” de suas identidades (Novaro; Palermo, 2007, p. 643).

Ao responderem ao chamado público da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), os sobreviventes foram interrogados apenas sobre se seriam capazes de identificar locais de detenção, outros detidos, guardas, torturadores ou chefes militares (Crenzel, 2008, p. 71-72). O mesmo teria ocorrido durante o *Juicio a las Juntas*: segundo Claudia Feld, perguntas sobre as ideias políticas dos sobreviventes foram contidas; prevaleceram relatos da violência sofrida nos sequestros e nas sessões de tortura, carregados de manifestações de dor, horror e comoção (Feld, 2002, p. 40-43). Os objetivos gerais desses testemunhos eram provar que a repressão ilegal havia ocorrido de fato e recuperar nos sobreviventes a condição de sujeitos de direitos, condição supostamente universal cuja negação pela ditadura impedia a emergência de suas subjetividades e de suas vivências individuais nos relatos (Balardini; Oberlin; Sobredo, 2011, p. 170).

Essas *sombras sobre as memórias e narrativas pessoais* puderam ser parcialmente superadas apenas no final da década de 1990, quando a militância passou a ser objeto de discussão pública, com a circulação de relatos nos quais os sobreviventes revalorizaram e questionaram sua participação política, inclusive os projetos políticos com os quais se comprometeram (Oberti, 2006). De acordo com Emilio Crenzel, nesse momento o testemunho dos sobreviventes conquistou independência em relação à meta punitiva e começou a trazer à tona memórias que se encontravam subterrâneas, especialmente devido ao estigma produzido em torno dos seus compromissos políticos e do seu comportamento durante a sua passagem pelos centros clandestinos de detenção (Crenzel, 2011, p. 280).

Além disso, na segunda metade da década de 1990, os julgamentos contra repressores argentinos iniciados na Itália, na França e sobretudo na Espanha convocaram muitos sobreviventes a deporem no exterior, em um momento no qual os *indultos* estavam vigentes na Argentina.² O desenvolvimento de tais julgamentos e as audiências públicas dos *Juicios por la Verdad* fizeram com que muitos sobreviventes pela primeira vez contassem suas histórias.³ Esse processo culminou, no ano de 2006, com a reabertura no país das causas judiciais referentes aos crimes cometidos pela última ditadura. Os testemunhos passaram a circular sob diversos formatos e suportes, que não se limitavam mais ao depoimento judicial ou à denúncia aos organismos de direitos humanos (Arfuch, 2013, p. 78).

Com base no que foi exposto, o objetivo deste artigo é analisar quais relatos circularam nos *circuitos de memória* da mais recente ditadura civil-militar argentina acerca do episódio conhecido como *La Noche de los Lápices* – especificamente os testemunhos e declarações públicas de indivíduos que buscam o seu reconhecimento como sobreviventes desse episódio. *La Noche de los Lápices* é o nome pelo qual se tornou célebre um dos eventos repressivos contra o movimento estudantil secundarista; trata-se do sequestro de um grupo de estudantes ocorrido em setembro de 1976 na cidade de La Plata, entre os quais estavam: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciochini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calotti e Emilce Moler. Os jovens eram (ou tinham sido) em sua maioria militantes

-
- 2 Os primeiros *indultos*, assinados em 7 de outubro de 1989, incluíam cerca de 300 pessoas com processo judicial aberto, em diferentes situações: altos chefes militares processados que não foram beneficiados pelas leis de *punto final* e de *obediencia debida*; acusados de subversão que se encontravam prófugos, detidos, encarcerados ou condenados; repressores pertencentes às forças de segurança uruguaia; envolvidos nos levantes *carapintadas*; ex-membros da última Junta Militar que haviam sido condenados por suas responsabilidades na Guerra das Malvinas (tenente-general Leopoldo Fortunato Galtieri, almirante Jorge Isaac Anaya e brigadeiro-general Basilio Arturo Ignacio Lami Dozo). No ano seguinte, em 30 de dezembro de 1990, Menem ditou outros decretos que indultavam boa parte dos membros das forças repressoras e dos dirigentes das organizações político-militares que haviam sido condenados, além de alguns militares que ainda esperavam sentenças judiciais (Memoria Abierta, 2010, p. 96).
 - 3 Apesar das leis de *indulto*, durante a segunda metade da década de 1990 o movimento de direitos humanos promoveu diversas estratégias institucionais que abriram espaços e caminhos relacionados com a justiça. Foi o caso dos *Juicios por la Verdad*, iniciados em setembro de 1998 em La Plata, nos quais foram realizadas audiências públicas que buscavam levar adiante investigações de todas as circunstâncias relacionadas com os casos de desaparecimento, sem deferir condenações judiciais (Catela, 2001, p. 334-345; Memoria Abierta, 2010, p. 124-134).

da Unión de Estudiantes Secundarios (UES), um dos movimentos de base dos Montoneros – com exceção de Pablo Díaz, integrante da Juventud Guevarista (JG), ligada ao Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), que por sua vez fazia parte da estrutura militar do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT); e de Patricia Miranda, da qual não temos informações a respeito de vinculação política. Desse grupo, somente os quatro últimos sobreviveram ao sequestro e à passagem pelos centros clandestinos de detenção.

A escolha de um episódio que fez parte da formação de uma *memória política* na democracia e que se tornou um emblema das violações aos direitos humanos durante a ditadura coloca a questão sobre como os indivíduos envolvidos diretamente com esse episódio se relacionam com tal notoriedade. *La Noche de los Lápices* adquiriu nos primeiros anos da democracia forte repercussão pública ao ser citada nas páginas do *Nunca más*; ao ser selecionado no *Juicio a las Juntas* como um dos *casos paradigmáticos* nos quais se baseou a ação judicial contra os comandantes das Juntas Militares que governaram a Argentina durante a ditadura; e ao ter a sua história contada em um filme e um livro homônimos, ambos lançados em 1986 (Lorenz, 2007; Raggio, 2009, 2010).

Porém, no relato então consagrado, os sequestros realizados em setembro de 1976 teriam resultado no desaparecimento de um grupo de estudantes secundaristas, dos quais sete continuariam desaparecidos e um único teria sobrevivido, Pablo Díaz. Além disso, o fato de ter participado na luta pelo boleto estudantil secundarista na cidade de La Plata, no ano anterior, é o que explicaria a sua inclusão entre os alvos da repressão ditatorial. Consequentemente, os quatro sobreviventes com os quais trabalharei – Emilce Moler, Gustavo Calotti, Alicia Carminatti e Patricia Miranda – foram excluídos de uma história que *também era sua*. Em trabalhos anteriores acerca do episódio em questão, o testemunho de Pablo Díaz já foi analisado detalhadamente, tanto no que diz respeito aos limites encontrados por ele, no momento em que o seu sequestro se tornou público, para reivindicar o reconhecimento da sua militância e dos outros estudantes desaparecidos, quanto no que toca aos usos e apropriações públicas do seu relato (Lorenz, 2007; Raggio, 2005, 2009, 2010). Portanto, optei por centrar esta exposição na trajetória dos *outros rostos de La Noche de los Lápices*, justificando os marcos com base nos quais os inseri nessa categoria.

A variedade de locais de enunciação dos seus testemunhos (justiça, imprensa, documentários, Arquivo Oral de Memoria Abierta)⁴ é demonstrativa da ampliação de canais encontrados pelos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção para transmitir suas experiências. No caso específico destes sobreviventes, a aproximação da comemoração anual do 16 de setembro ou o início de alguma causa judicial da qual *La Noche de los Lápi-ces* faça parte resultam numa maior atenção pública por parte dos meios de comunicação.

Por último, devemos ter em conta a historicidade desses testemunhos e o fato de que a maioria deles foi produzida a partir dos anos 2000. Se por um lado isso demonstra a centralidade que, segundo Elizabeth Jelin, os sobreviventes passaram a ter nas *políticas de memória*, sobretudo a partir de 2004 (Jelin, 2010, p. 240-244), por outro indica que a versão consagrada do episódio em questão já não parece mais ser satisfatória, tanto para os indivíduos vinculados a ele quanto para aqueles que buscam pensar sobre as condições de produção dos desaparecimentos durante a ditadura (Vezzetti, 2009, p. 112). Em 2001, por exemplo, Jorge Falcone lançou um livro de memórias no qual aponta que sua irmã, María Claudia Falcone, era uma militante que andava armada e que resistiu à detenção (Falcone, 2001, p. 82-84). Além disso, nos anos seguintes foram produzidos dois documentários aos quais farei referência, *Los irrecuperables* (2006) e *El boleto fue secundario* (2009), iniciativas de outros atores sociais que buscaram novas formas de contar uma história que lhes fora transmitida e que se encontrava consagrada em suas memórias pessoais sobre a repressão na ditadura.

A ex-detida/desaparecida

Em 17 de setembro de 1996, o jornal *La Nación* publicou uma reportagem acerca da marcha ocorrida em Buenos Aires em comemoração ao vigésimo aniversário do episódio conhecido como *La Noche de los Lápi-ces*. O

4 Formado pela Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), pela Fundación Memoria Histórica y Social Argentina, pela Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, pela Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, pela Comisión de Familiares, Sobrevivientes y Compañeros de las Víctimas del Vesubio e pelo Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), o Memoria Abierta produziu um arquivo oral que disponibiliza as gravações de entrevistas com pessoas que têm diferentes vínculos com o passado ditatorial, entre as quais se encontram 192 entrevistas de sobreviventes de centros clandestinos de detenção.

que chamou minha atenção nessa matéria é que, além de cobrir a marcha em si, o jornal destacou a presença de um rosto até então desconhecido na multidão: era Emilce Moler, “a sobrevivente desconhecida de *La Noche de los Lápices*”. Essa nota apontava que Emilce Moler, Pablo Díaz e a “outra estudante que após ser liberada emigrou para a Europa” seriam as *três pessoas* que teriam sobrevivido à trágica repressão aos estudantes em La Plata (Balma-ceda, 1996).

Não foi a primeira vez que encontrei em minha investigação o nome de Emilce Moler citado entre os sobreviventes do episódio. Na terceira parte do livro de María Seoane e Héctor Ruiz Núñez, na qual os autores narram as ações em busca de verdade e justiça empreendidas pelos familiares dos estudantes desaparecidos, Emilce Moler é apresentada como uma “ausente”. Segundo os autores, ela cursara o *bachillerato* no Colegio de Bellas Artes, participando na mobilização pelo boleto estudantil em 1975 e integrando uma equipe de trabalho com María Claudia Falcone e Francisco López Muntaner. Na madrugada de 17 de setembro de 1976, foi sequestrada em sua casa na mesma operação que sequestrou os demais, e esteve, como eles, no Pozo de Arana, centro clandestino de detenção que funcionou em La Plata, até ser levada a outro centro clandestino, a Brigada de Investigaciones de Quilmes, enquanto os demais seguiram para o Pozo de Banfield. Sua inclusão entre as vítimas de *La Noche de los Lápices* é atestada pelos testemunhos no Juicio a las Juntas de Pablo Díaz e de Nora Ungaro, segundo a qual Emilce Moler lhe contara ter estado com seu irmão Horacio (Seoane; Ruiz Núñez, 2011, p. 221-222). Além disso, ao recuperar as denúncias feitas por familiares dos desaparecidos a organismos de direitos humanos na Argentina durante a ditadura, Sandra Raggio aponta que o nome de Emilce Moler já era citado em algumas delas. Assim, no arquivo do Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), a investigadora encontrou uma declaração de Nelva Falcone, mãe de María Claudia Falcone, que se refere a Emilce como *companheira* de colégio de sua filha, sequestrada na mesma noite e possível testemunha do desaparecimento de María Claudia (Raggio, 2005, p. 108).

Apesar de reconhecida e mencionada em outros testemunhos, Emilce Moler é tratada pelos autores do livro como uma “ausente”, pois teria optado por não tornar público o seu relato. Em uma conversa telefônica em 18 de julho de 1986 citada no livro, ela teria dito que havia reconstruído sua vida e que não poderia assumir publicamente o que lhe sucedera, inclusive duvidando da serventia de fazê-lo. Para os autores, o fato de seu pai, Oscar Moler,

ser um policial aposentado da polícia da província de Buenos Aires e ter retomado contato com alguns velhos colegas para garantir a liberação da sua filha explicaria o seu silêncio. Eles fazem assim um juízo moral da decisão de Emilce Moler ao afirmar que sua declaração poderia ter sido decisiva para provar algo que a Câmara Federal não admitiu em sua sentença sobre os casos vinculados a *La Noche de los Lápices*: “*que todos los chicos fueron salvajemente torturados*” (Seoane; Ruiz Núñez, 2011, p. 223-224).

Por outro lado, os testemunhos de Emilce Moler utilizados nesta investigação apontam para outra versão: no momento da produção do livro, sua história já era pública, tanto por sua inclusão entre os estudantes de *La Noche de los Lápices* no depoimento de Pablo Díaz, quanto por sua participação na *Causa Camps* – causa judicial em curso durante o ano de 1986 contra o general Ramón Camps, militar vinculado aos centros clandestinos que funcionaram em La Plata e responsável direto pelo sequestro dos jovens. Porém, ao entrar em conflito com os autores sobre os critérios adotados em seu trabalho, não foi incluída como um dos personagens centrais da obra, o que determinou sua exclusão do relato que então se tornou consagrado (El boleto fue secundario, 2009).

Nos testemunhos e declarações aos meios de comunicação utilizados neste trabalho, Emilce Moler conta que, depois de quase dois anos de detenção nos centros clandestinos de Arana, da Brigada de Investigación de Quilmes e da Comisaría 3ª de Valentín Alsina, e ainda na prisão de segurança máxima para mulheres Villa Devoto, ao ser liberada, ela e seus pais se viram forçados a mudar-se para Mar del Plata. Por ter sido considerada uma “irrecuperável” em Devoto, aconselharam seus pais que ela não retornasse a La Plata, onde encontraria dificuldades para retomar seus estudos. Por um ano esteve sob o regime de *liberdade vigiada*, o que significava o comparecimento semanal em uma delegacia da cidade, além de restrições para participar em atividades coletivas ou afastar-se de seu local de residência (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006). Recordar-se que em liberdade não temeu que as forças de segurança voltassem a sequestrá-la, mas tinha medo de violar as regras prescritas pela *liberdade vigiada* (Pastoriza, 2001).

Para Emilce, esse foi um período contraditório, pois enquanto tentava “reconstruir sua vida”, tinha todos esses limites para a sua liberdade, além de enfrentar a ausência de seus amigos, “afetos da adolescência”, que se encontravam presos, exilados, mortos ou desaparecidos, e manter o silêncio sobre o seu cativeiro (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires,

2006). Com sua família a princípio falava muito pouco: sua mãe, “muito antiperonista”, nunca entendeu o porquê do seu sequestro e sempre viveu com muita vergonha de toda a história, sobretudo quando foi marginalizada por seu entorno social por ter uma filha desaparecida (Pastoriza, 2001); seu pai convivía com a culpa de não ter podido protegê-la no momento da sua detenção – como se acreditava capaz, por ter sido policial (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006).

A partir de 1982, ela começou a participar das marchas dos organismos de direitos humanos de Mar del Plata e, aos poucos, a reconstruir uma “rede de afetos”, ao relacionar-se com pessoas com quem compartilhava experiências de militância no movimento estudantil secundarista, bem como vínculos com conhecidos presos ou desaparecidos. Chegada a democracia, aproximou-se dos advogados de La Plata para participar do *Juicio a las Juntas*, mas eles preferiram que ela e seu pai depusessem como testemunhas da *Causa Camps* (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006). Logo, ao contrário do que afirmaram os autores do livro *La Noche de los Lápices*, Emilce Moler alega que: “*En las Juntas no fue que no quise delcarar ni que hice un pacto de silencio, sino que a mi testimonio lo pasaron a outro Juicio, y declaré en el año 1986 contra Camps*” (El Boleto fue secundario, 2009).

Apesar de Emilce não ter testemunhado no *Juicio a las Juntas*, o fato de Pablo Díaz ter mencionado seu nome tornou sua experiência conhecida; Emilce Moler viveu essa exposição como uma “espécie de invasão”, pois já não dependia de seu relato e de sua elaboração pessoal que sua história viesse a público (Pastoriza, 2001), o que lhe tirava a autoridade de testemunha e a marca dos processos subjetivos para ressignificar o seu desaparecimento e incorporá-lo a um relato pessoal. Tal menção teria resultado também numa aproximação por parte de María Seoane e Héctor Ruiz Núñez para que participasse de sua obra. Emilce Moler alega que sua condição era que pudesse escrever um capítulo no qual narraria os fatos a partir de seu ponto de vista, mas, apesar de inicialmente aceitar, esse capítulo não integrou a edição final, pois houve discussões com os autores sobre o que eles iam ou não narrar, sobretudo acerca da militância num agrupamento estudantil e suas vinculações com Montoneros. Para Emilce Moler, a sua exclusão do relato consagrado a respeito de *La Noche de los Lápices* foi fruto desse conflito; consequentemente, costuma em seus testemunhos questionar mais o livro do que o filme pelo fato de aquele “apresentar-se como real”, por colocá-la como uma

“ausente” que preferiu não falar e por fazer de Pablo Díaz “o único sobrevivente” (El boleto fue secundario, 2009).

Ao longo desta investigação, não encontrei nenhuma declaração pública de Emilce Moler anterior à sua participação na marcha em comemoração aos vinte anos de *La Noche de los Lápices*. De acordo com Elizabeth Jelin, mais do que datas de protesto, as comemorações de episódios relacionados às ditaduras são momentos em que se ativam e produzem memórias e discursos sobre o passado nos espaços públicos (Jelin, 2002). Nesse sentido, a comemoração de 1996 teve para Emilce Moler tamanha importância que fez com que ela saísse daquilo que até então lhe parecia um “segundo desaparecimento”, por não se ver integrada a uma história que “também era sua” (Tenewicki; Dussel, s.d.). A partir daí, ela passou a contar sua experiência de detenção reiteradamente, principalmente nos processos judiciais que se instalaram na Argentina – *Juicio por la Verdad* (1999), *Causa Etchecolatz* (2006), *Causa Circuito Camps* (2011) – e na Espanha (1998).

Em seus testemunhos, notamos que Emilce passou a reivindicar legitimidade para o seu relato baseada no fato de ter convivido com os que desapareceram. Sobre Horacio Ungaro, declara que eram grandes amigos, que o conhecia desde os 13 anos e que se reencontraram alguns anos depois militando juntos na UES (Ginzberg, 2006). Recupera principalmente o fato de fazer parte da mesma *célula* da UES no Bellas Artes que María Claudia Falcone e María Clara Ciocchini, participando dos encontros de segurança com o mesmo responsável. Os momentos compartilhados não se restringiram a *fora* dos centros: ela foi torturada juntamente com Horacio e dividiu cela com as duas garotas. Dessa forma, afirma:

Porque no soy de La Noche de los Lápices digo, yo me corro, no tengo problema, pero cuando relatan y hablan de Horacio desaparecido que estuvo conmigo entonces es como una parte muy fuerte que creo que no me corresponde cederla porque soy parte de la historia. Y que si puedo aportar detalles, y creo que eso fui aprendiendo bastante de los sobrevivientes, tenemos eso, además de nuestra militancia, somos los que pueden contarles de adentro, ¿no? Y no es poca cosa el legado que uno tiene. Si no lo contamos nosotros no se puede contar nadie. Y como estaba Horacio, Claudia y María Clara, soy yo la que puedo contar. (Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler, Buenos Aires, 2006).

Trazer à tona o seu relato para *fazer parte* de uma história que *también era sua* consistiu, portanto, em um processo marcado por tensões: muitas das coisas que passou a dizer publicamente foram para contrapor a versão consagrada do episódio. Nesse sentido, Emilce costuma defender que seu sequestro não se explica apenas pela luta em prol do boleto estudantil em 1975. Segundo sua versão, ela não teve uma participação destacada nessa luta, pois recém havia aderido à UES, e realizava apenas tarefas periféricas. Alega inclusive que era “uma das últimas na marcha” (Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006), e que os jovens não foram sequestrados aleatoriamente por estarem entre os milhares que participavam da mobilização, e sim por terem vinculações com grupos específicos e por estarem comprometidos com projetos políticos próprios, apesar da escassa idade (Guinzberg, 1998).

Mais do que “uma sobrevivente de *La Noche de los Lápices*”, Emilce Moler se apresenta publicamente como uma “ex-detida/desaparecida”. Sua inserção no movimento argentino pelos direitos humanos e seus objetivos pessoais de buscar justiça e esclarecimento para todos os casos de desaparecimento seriam um esforço de “não ser apenas uma sobrevivente” (Tenewicki; Dussel, s.d.), principalmente de não ser tida como uma “sobrevivente notória”, cujo sequestro emblemático solaparia a experiência de outros:

A mí me hubiese gustado que el hecho no tenga tanta notoriedad. Me asumo como una ex detenida más, dentro del contexto en el que ocurría, sin la repercusión que finalmente tuvo. Si sacamos el hecho de La Plata, hay muchos jóvenes y adolescentes que pasaron por lo mismo en otras partes del país que ni siquiera tienen sus fechas. Pero, después que se hizo el libro y demás, no puedo correrme de esa historia. (El boleto fue secundario, 2009).

O exilado

Em 8 de agosto de 1985, na sede da Embaixada Argentina na França, Gustavo Calotti deu seu primeiro testemunho sobre o desaparecimento. Quase nove anos antes, em 8 de setembro de 1976, trabalhava numa delegacia de polícia da província de Buenos Aires, em La Plata, quando foi chamado pelo chefe de tesouraria para ir ao seu escritório. Tratava-se de uma armadilha: nesse momento, aos 17 anos de idade, Gustavo Calotti foi sequestrado

e levado vendado ao Pozo de Arana, onde ficou enclausurado durante duas semanas. Por ter sido considerado um traidor que entregava informações da polícia para as “bandas terroristas”, foi submetido a dez dias de interrogatórios e torturas intensas. Uma pergunta recorrente era sobre as suas atividades no Colegio Nacional de La Plata, onde estudava desde 1972 e era conhecido como “El Francés” – por ter participado em 1975 da Coordinación de Estudiantes Secundarios de La Plata como representante do Nacional. Em Arana, apesar de ter os olhos sempre vendados, reconheceu outros estudantes: Víctor Treviño, María Claudia Falcone, Emilce Moler, Claudio de Acha, Francisco López Muntanet; e soube que ali também estivera Patricia Miranda (Calotti, 1985).

A partir do testemunho dado na França, o caso de Gustavo Calotti passou a ser vinculado judicialmente a *La Noche de los Lápices*, servindo como evidência do sequestro e desaparecimento dos estudantes associados ao caso. Na sentença ditada em 9 de dezembro de 1985 pela Cámara Federal de Apelaciones, por exemplo, o tribunal conferiu caráter de prova ao seu testemunho pelo fato de ele ter compartilhado o cativeiro com os desaparecidos (Seoane; Ruiz Núñez, 2011, p. 247-267). Entretanto, no momento em que o episódio cobrou notoriedade pública, Gustavo Calotti não foi reconhecido como um dos sobreviventes, o que ocorreria apenas em julho de 1998, quando testemunhou em Madrid diante do juiz Baltasar Garzón. A partir daí, passou a ser apresentado nos veículos de comunicação como “um dos quatro sobreviventes daquela matança” (Mas, 1998), mais especificamente “o único que se exilou” (Kemelmajer; Savoretti, 2013).

Em seu testemunho no Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, Gustavo Calotti conta que ao ser liberado da *Unidad 9 de La Plata*, em 25 de junho de 1979, não tinha planos de sair do país. Depois de confirmar suas suspeitas de que seguia sendo vigiado pelas forças de segurança, decidiu cruzar a fronteira para o Brasil. Em São Paulo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) acolheu o seu caso e lhe deu salvo-conduto para ir para a França. Num primeiro momento, o exílio lhe pareceu “uma prolongação do que tinha passado antes”, pois se instaurou entre a comunidade de exilados argentinos na França uma suspeita de que ele havia participado de atividades de colaboração e espionagem durante o seu cativeiro, o que poderia explicar o fato de ter sobrevivido. Por esse motivo, optou por residir em Grenoble, cidade francesa que não tinha uma comunidade de exilados tão bem articulada, onde conseguiu inserir-se no mercado de trabalho e ingressar

numa universidade, tornando-se professor de Educação Francesa, profissão que exerce ainda hoje nessa cidade (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

Segundo Gustavo Calotti, seus estudos na França foram importantes para retomar o contato com a Argentina no momento da transição democrática, e para compreender, transcendendo sua experiência pessoal, como se constituiu a prática do desaparecimento forçado de pessoas. Em 1984, ao desenvolver um trabalho de mestrado com o tema dos desaparecidos, precisou de casos concretos e estabeleceu contato com algumas Madres de Plaza de Mayo de La Plata, que lhe mandaram documentação legal e informações sobre seus filhos levantadas durante suas buscas. Para ele, esse trabalho acadêmico lhe permitiu dimensionar o alcance da repressão na última ditadura argentina, assim como os efeitos sociais e culturais dos desaparecimentos (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

Ainda assim, no marco das investigações oficiais empreendidas pelas *políticas de memória* do governo Alfonsín, ele resistiu a apresentar seu testemunho na Embaixada Argentina por acreditar que sua vida estava tranquila, por não querer expor sua família na Argentina de novo e por não estar seguro a respeito de os militares realmente terem deixado o poder. Apenas mudou de ideia quando foi citado para depor por correspondência diplomática durante o *Juicio a las Juntas*; porém, aponta que viveu esse momento com o dilema sobre *o que fazer*, se deveria testemunhar ou não (El boleto fue secundario, 2009), situação que seria comum entre os exilados argentinos na França:

Bueno, cuando me llega la carta para declarar yo voy. [...] estaba todo asentado legalmente, ¿no? Pero, ¿vos sabéis cuántos de los miles refugiados que hubo en Francia, cuántos declaramos en el juicio a los comandantes? [...] Éramos miles. Solamente en la ciudad de Grenoble éramos 600 argentinos, y 3 declaramos. (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

A partir do seu primeiro testemunho, Gustavo Calotti aponta que assumiu o compromisso com a memória, para que sua experiência servisse de exemplo e de legado para outras gerações (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006). Ainda que na França não costume contar sua história a ninguém, ao ser convocado por um juiz, viajou para a Argentina para assumir o seu lugar de testemunha (Kemelmajer; Savoretti, 2013) e de sobrevivente de *La Noche de los Lápices*.

Para ele, o fato de ter sido sequestrado dias antes dos outros estudantes não o exclui do episódio: *“Yo siempre digo que no hubo una noche sino muchas, y que no fueron seis los desaparecidos sino muchos más. Y que también sobrevivimos muchos otros”* (Kemelmajer; Savoretti, 2013). Logo, ao falar de seu desaparecimento, costuma inseri-lo num ciclo de repressão aos estudantes secundaristas iniciado antes de setembro de 1976, que resultou, apenas na cidade de La Plata, em *“aproximadamente 400 o 500 menores que están desaparecidos”* (El boleto fue secundario, 2009).

Tal recuperação relaciona-se com uma reivindicação de que seu desaparecimento não seja explicado apenas pela luta em prol do boleto estudantil. Gustavo Calotti aponta que essa luta cobrou significação no histórico de mobilizações do movimento estudantil secundarista antes da ditadura por ocorrer num quadro de desmobilização, resultado da crescente repressão nas ruas e nas escolas e do desprestígio dos partidos políticos entre os jovens. Os *delegados* dos colégios de La Plata decidiram organizar a luta pelo boleto para voltar a mobilizar os secundaristas em torno de um reclame material, que todos apoiariam (Los irrecuperables, 2006). Por outro lado, Gustavo pondera que se tratava de um ato menor caso comparado à ação política que os estudantes vinham realizando desde 1972, que os deixou expostos para as forças de segurança quando os partidos aos quais respondiam partiram para a clandestinidade, numa referência à relação entre a UES e Montoneros (El boleto fue secundario, 2009).

Por discordar de algumas decisões tomadas pelos dirigentes Montoneros, Gustavo não se encontrava mais vinculado à UES ou realizando atividades militantes no Nacional quando foi sequestrado. Depois do golpe, passou a colaborar com o ERP, entregando-lhes material ou informação privilegiada que conseguia retirar do seu local de trabalho. Apesar de à primeira vista parecer uma “decisão suicida”, ele defende que não foi essa aproximação tardia o elemento decisivo para que se tornasse alvo da repressão, mas sim o seu histórico de militância estudantil:

Lo más lógico hubiera sido que yo dijera ‘Bueno, no es un momento apropiado. Lo que se no hubiese significado más tarde que yo cayera preso, pues yo estoy seguro que el algún momento, que tuviese o no militancia en ese momento, el hecho de haber la tenido iba a ser que me detuvieran o me chuparan. (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

Em seus testemunhos, Gustavo Calotti recupera seus companheiros de detenção em Arana como *militantes políticos* que, diferentemente de outros estudantes secundaristas – cujo papel principal era estudar ou ter práticas hoje vistas como “normais para a sua idade” –, fizeram a opção por militar (Los irrecuperables, 2006). Portanto, reivindica para sua geração não apenas a posição de *vitimação*, mas também de *oposição* e *mudança* (Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006).

A vítima casual

Durante a busca na base de dados do Arquivo Oral do *Memoria Abierta* por testemunhos de indivíduos relacionados a *La Noche de los Lápices*, deparei-me com o testemunho de Alicia Carminatti. Até então não havia considerado os seus vínculos com o episódio: seu nome nunca havia sido citado entre os jovens sequestrados durante a operação de setembro de 1976 e em outras declarações encontradas em meios de comunicação ela não tinha reivindicado sua inclusão entre as vítimas.

De acordo com Sandra Raggio, a menos de um mês da estreia do filme *La Noche de los Lápices*, em 1986, Alicia Carminatti deu na Austrália – onde vivia desde 1983 – seu testemunho sobre a passagem pelos centros clandestinos Pozo de Arana e Pozo de Banfield. Neste último, ela pôde atestar a presença dos desaparecidos de *La Noche de los Lápices*, aos quais se referiu como “um grupo apolítico de estudantes secundaristas” (Raggio, 2006, p. 32). Podem-se perceber avaliações aproximadas em dois outros relatos. A primeira está no testemunho que seu pai apresentou ao *Juicio a las Juntas* em 10 de maio de 1985: nessa ocasião, além de referir a passagem dos estudantes desaparecidos pelo Pozo de Banfield, Alberto Carminatti também afirmou que não pôde observar nenhum traço de politização em suas atitudes ou conversas:

Ninguno de ellos, es decir de ese grupo, yo pude detectar por las conversaciones, por el lenguaje utilizado, de que estuvieran politizados o hubieran estado en contacto con ideologías extrañas, porque el lenguaje no se puede esconder, menos cuando se es tan joven. [...] Estos chicos ninguno de ellos tenía realmente, a mi entender, militancia política. (Memoria Abierta. Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6º Cuerpo del Ejército, 10.05.1985).

A segunda se encontra no testemunho de Pablo Díaz, segundo o qual a única atividade política dos desaparecidos fora a luta pelo boleto estudantil. Encontramos uma hipótese para as semelhanças entre os relatos no testemunho de Alicia Carminatti no *Memoria Abierta*: segundo conta, Maria Isabel Chorobik de Mariani, nesse momento presidenta da Asociación Abuelas de Plaza de Mayo, foi quem em 1986 lhe levara o livro à Austrália, apresentando-a: “Te traigo el libro este, es el libro de *La Noche de los Lápices*, tómalo con pinzas, te lo traigo porque es también la historia de ustedes” (*Memoria Abierta, Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006). Alicia Carminatti foi sequestrada quando tinha 20 anos, em 21 de setembro de 1976, junto com seu pai. Portanto, se ela não tinha o mesmo perfil etário dos jovens sequestrados – todos menores de idade e estudantes secundaristas – e se seu sequestro ocorreu posteriormente aos deles, como poderíamos entender que essa “também era sua história” – como afirmara “Chincha Mariani”?

Até assistir ao seu testemunho no *Memoria Abierta*, eu havia encontrado o seu caso citado nos meios de comunicação sempre vinculado ao desaparecimento de María Estela Montesano de Ogando e Jorge Ogando, sequestrados em 16 de outubro de 1976 em La Plata, e do filho do casal, Martín, nascido em cativeiro e adotado ilegalmente. Um informe de imprensa da Asamblea Permanente por los Derechos Humanos de La Plata afirma que Alicia foi citada para testemunhar no *Juicio por la Verdad* ocorrido em 12 de novembro de 2003 por ter sido a única sobrevivente que declarou ter visto os dois com vida após o sequestro no Pozo de Banfield (Martínez; Miguel; Wiman, 2003). Não são, assim, dados menores a gravação do seu testemunho para o *Memoria Abierta* ter ocorrido na casa de Virginia Ogando, a outra filha do casal, e a ênfase posta por Alicia no seu compromisso pessoal com a luta pela restituição da identidade de Martín. Porém, nesse mesmo testemunho ela questiona o relato consagrado sobre *La Noche de los Lápices*, sobretudo a legitimidade de Pablo Díaz como testemunha principal: segundo Alicia, ele teria narrado detalhes sobre o período em *Banfield* que não são reais. Logo, afirma que lhe desagrada o fato de que, graças a um testemunho que não deveria ser tomado como integralmente verídico, Pablo Díaz apareça como “o único sobrevivente” (*Memoria Abierta, Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006).

Alicia Carminatti defende que essa “também seria sua história”, pois, além de ter estado detida no mesmo período e nos mesmos centros clandestinos, seu sequestro se insere no mesmo quadro de repressão aos estudantes

secundaristas. Aponta que em realidade as forças de segurança buscavam seu irmão, Jorge Carminatti, que inclusive era *responsável* de Pablo Díaz na Juventud Guevarista. Jorge participava ativamente da política estudantil: havia iniciado sua trajetória na JG e em 1976 era *responsável* por um *grupo de trabalho* formado por jovens estudantes entre 15 e 20 anos. Nesse momento, em que, segundo ela, “tudo estava tão politizado”, sua casa se transformou num espaço para reuniões de secundaristas. Sobre sua participação, alega que era algo que crescia paulatinamente, mas de forma periférica, participando de alguns “atos pequenos” (Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006).

Partindo disso, podemos compreender sua inclusão como uma sobrevivente de *La Noche de los Lápices*, por ter sido o que Pilar Calveiro apontou como *vítima casual* da repressão: seu sequestro se basearia na crença das forças de segurança de que ela poderia servir para que eles chegassem ao verdadeiro alvo, o seu irmão. Dessa forma, Alicia Carminatti conta que ela e seu pai foram torturados para que os repressores de Arana obtivessem algum dado que os levasse a Jorge (Martínez; Miguel; Wiman, 2003). Não pretendo, assim, que sua desapareição seja pensada como base para o argumento que associa vítimas da repressão e *inocência*, e sim como uma demonstração de que, no objetivo de exterminar uma força de oposição, os militares incluíram, quando acharam necessário, o entorno familiar dos militantes políticos:

Puesto que si bien el aniquilamiento físico tenía como objetivo central la destrucción de las organizaciones políticas calificadas como ‘subversivas’, la represión alcanzaba al mismo tiempo una periferia muy amplia de personas directa o indirectamente vinculadas a los reprimidos (familiares, amigos, compañeros de trabajo, etc.), haciendo sentir especialmente sus efectos al conjunto de estructuras sociales consideradas en si como ‘subversivas’ por el nivel de infiltración del enemigo. (Calveiro, 2008, p. 45-47).

Alicia Carminatti conta que, já em liberdade, pouco antes de ir para a Austrália, tentou comunicar-se com Pablo Díaz para relatar sua experiência. Porém afirma que ele, além de não aparecer nos encontros que ela marcava, teve uma “postura dura” em relação a seu irmão, chegando a confrontá-lo acerca de suas responsabilidades com o ocorrido por ter naquele momento uma posição mais alta na hierarquia da JG, principalmente questionando-o sobre se não se sentia culpado por estar vivo enquanto outros companheiros

estavam mortos ou desaparecidos (Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006).

Talvez como reflexo das respostas que Alicia e seu irmão receberam de Pablo Díaz, o seu testemunho é, entre todos com que trabalhei, o único que aponta que Pablo “atravessa a verdade” em três pontos do seu relato. O primeiro, ao afirmar que em Banfield havia um “guarda bom”, o que segundo Alicia Carminatti seria impossível num centro clandestino como aquele, na “época da pior repressão” da ditadura. O segundo, por ele ter declarado como seus atos de outras pessoas, como, por exemplo, a ajuda dada em um parto ocorrido no cativado. Por último, a sua despedida de María Claudia Falcone, que não poderia ter ocorrido, pois um guarda teria que “quebrar” o esquema de segurança ao qual estavam todos submetidos (Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006).

Neste último ponto acredito que está o seu maior questionamento ao relato consagrado a respeito de *La Noche de los Lápices*, particularmente ao testemunho de Pablo Díaz. Segundo Sandra Raggio, no relato judicial de Pablo Díaz, a despedida de María Claudia Falcone é o momento em que se agrava o sentido da injustiça vivida e em que se sela o pacto entre o sobrevivente e os que não viriam a se salvar, afirmado na proposta de um brinde que deveria ser feito por ele ao final de cada ano (Raggio, 2005, p. 121-122). Esse pacto tornaria Pablo a *testemunha privilegiada* de uma experiência compartilhada e legitimaria o *dever de memória* assumido por ele de sempre recordar os jovens e de *falar por eles*. Além disso, no filme, a despedida representa o clímax de um dos eixos narrativos: a criação de um romance entre Pablo Díaz e María Claudia Falcone sustenta um melodrama do princípio ao fim. Segundo a versão do filme, para os jovens dos anos 1970 o *amor* assim como os *sonhos* – termo de carga menor utilizado para se referir aos projetos políticos – estavam ao alcance de suas mãos, mas foram impossibilitados precocemente pela irrupção da violência sem limites da ditadura e pela *situação-limite* à qual foram submetidos no centro clandestino (Raggio, 2009, p. 64-66). Logo, para Alicia Carminatti, a inclusão desse momento demonstraria que nem o livro nem o filme “representariam o real”, como fora pretendido:

Ahora esto a mí me connoceciono primero porque no es real, segundo porque no ocurrió, y tercero que está tergiversando y dando una imagen que no es cierta. Y a parte que está jugando con los sentimientos de los que no están. Está usurpando a parte la memoria de los familiares de todos los chicos que

no están, de toda la gente que está en Banfield. Y después que sabemos que Pablo no la conoció a Claudia Falcone, no entiendo entonces de adonde viene la historia del romance, ¿para qué? (Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006).

A que se silenciou

Os testemunhos e declarações públicas que analisei têm uma historicidade: foram produzidos num momento em que os sobreviventes passaram a revalorizar suas vivências pessoais e seus pontos de vista, sem limitar-se a falar sobre os *companheiros* desaparecidos. Segundo uma sobrevivente numa sessão em grupo ocorrida no *Centro de Estudios Legales y Sociales*, em 2010:

Al principio nosotros hablábamos de los compañeros que habíamos visto con vida en el centro clandestino y que todavía estaban desaparecidos, después fue el tiempo de nombrar a los represores que pudimos reconocer, ahora es tiempo de hablar de cada uno de nosotros. (Balardini; Oberlin; Sobredo, 2011, p. 117).

Esse “falar de cada um de nós” faz dos testemunhos documentos que nos permitem recuperar a experiência, a perspectiva e os dilemas que formam a subjetividade desses indivíduos (Carnovale, 2007, p. 161), e, ao contemplar essa dimensão, analisar os desejos, ilusões, sentimentos e silêncios que marcam os relatos de quem rememora. Para aqueles que sobreviveram à experiência da violência, sua subjetividade se reflete através de possíveis marcas persistentes em seus testemunhos: o medo, a culpa, a omissão, a acusação, a derrota, o estigma social, a necessidade de reparação (Jelin; Kaufman, 2006, p. 9-10). Por outro lado, a afirmação da subjetividade de quem conta permite-nos também pensar as possibilidades de elaboração, de escolha e de ação diante da violência sofrida. Logo, a análise das três trajetórias evidencia a pluralidade de possibilidades de elaboração e de ação diante da violência sofrida, contrariando o emprego da categoria universal do *sobrevivente*, que tantas vezes tenta igualar experiências muito dissimilares. O que esses indivíduos têm em comum são as marcas que o sequestro, a tortura e o desaparecimento deixaram em suas biografias, o *antes* e o *depois* que essa vivência estabeleceu.

Num contexto em que os sobreviventes não necessitam mais provar os tormentos aos quais foram submetidos, ou atestar ter visto desaparecidos de *La Noche de los Lápicos* num dos centros clandestinos, seus testemunhos são uma forma de questionar um relato consagrado acerca de suas próprias histórias. Percebe-se que cada um deles tem nesse relato um elemento que parece lhe causar mais incômodo: no caso de Emilce Moler, sua apresentação como uma “ausente” no livro; para Gustavo Calotti, a ideia de que *La Noche de los Lápicos* foi apenas um episódio de repressão aos estudantes; para Alicia Carminatti, a legitimidade de Pablo Díaz como o único sobrevivente/testemunha. Nota-se também a concordância de que o relato consagrado foi uma narrativa produzida posteriormente aos fatos, passível assim de ser problematizada, já que trazia em si elementos próprios dos exercícios de memória, como o silêncio e o esquecimento (Jelin, 2002). Nas palavras de Emilce Moler:

Desde el momento en que no existió el hecho, ya que fue una reconstrucción, no hay criterios para decir quién fue parte de La Noche de los Lápicos. Siempre me pregunté por qué yo no estaba dentro de ese criterio. ¿Había de ser estudiante secundario? Yo lo era. ¿En qué fecha había que ser secuestrado? A Pablo lo detuvieron el 21 de septiembre, a mí en la madrugada del 17. ¿La militancia? Yo militaba en la UES con todos los chicos, Pablo no militaba en la UES. ¿Había de ser menor de edad? Yo era y Pablo no. ¿Por qué yo no era? (El boleto fue secundario, 2009).

Por outro lado, coincidem na constatação de que esse relato foi uma narrativa importante no marco da revelação, nos primeiros anos da democracia, das violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura. Alicia Carminatti aponta que foi válido para que as pessoas conhecessem “o horror da guerra suja dos militares”, e abriu espaço para uma recuperação dos fatos negados pela ditadura, seja por meio de relatos reais, seja por meio de elementos de ficção (Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006). Reconhecem também que uma das limitações da narrativa consagrada é o fato de ter sido produzida num momento em que *não se podia falar da militância nem da luta armada*, pois não haveria uma vontade social de escutar manifestações sobre esses temas. Para Emilce Moler, da maneira que foi contada, evitando controvérsias, “ninguém poderia opor-se a essa história” (Ginzberg, 2006). Assim, Gustavo Calotti resume quais foram

as razões que fizeram de *La Noche de los Lápices* um episódio emblemático naquele momento político-cultural:

Creo que había que mostrar en algún momento la crueldad con la que actuaron los militares. No es casual que tomaron el hecho de los adolescentes. No hubiese repercutido tanto si tomaban el hecho de tipos que estaban directamente en la lucha armada y los representaban como tal. La gente no lo hubiera tomado de la misma manera [...]. Decir ‘a una chica parturienta la secuestraban y esperaban a que llegara al término su embarazo y después la eliminaban para tomar su bebé’, vos decís: ‘pero eso ni los animales lo hacen’. Hay hechos dentro de esa represión que marcan más que otros, y me parece que eligieron éste para crear esa conciencia, sensibilizar a la gente sobre hasta qué extremo llegó la dictadura. Por eso yo digo que en definitivo la película tiene su lado positivo. (El boleto fue secundario, 2009).

Entretanto, tal reconhecimento traz para os testemunhos dos sobreviventes um dilema: como contar suas próprias versões, questionar um relato consagrado na memória coletiva sobre os sete anos de ditadura, sem dar argumentos aos que defendem que as narrativas sobre os desaparecimentos são invenções ou versões marcadas pelo revanchismo? Para Emilce Moler, este seria o principal limite posto para suas versões dos fatos: o risco de que se diga que não é verdade o que ocorreu com os desaparecidos – “*No se puede salir a decir ‘todo esto es mentira’ porque le damos pie al enemigo y podrían llegar a decir que no es verdad lo de los desaparecidos*” (El boleto fue secundario, 2009).

Minha intenção na presente exposição não foi a de buscar *a verdade* acerca de *La Noche de los Lápices*, senão a de demonstrar que, ainda que haja sobre o evento uma narrativa socialmente aceita e cristalizada na memória coletiva, existe em torno dele um *conflicto de memórias* (Jelin, 2002), bem como *conflictos para as memórias*, principalmente daqueles que se vinculam diretamente ao episódio. Esses conflitos são coletivos e individuais: veja-se o caso de Patricia Miranda – um desafio ao longo de toda esta investigação –, que, por nunca ter tornado pública a sua história, torna-se uma *sobrevivente que não reapareceu*. Sobre ela, encontrei apenas breves menções nos testemunhos do de Emilce Moler e Gustavo Calotti no Arquivo Oral do Memoria Abierta, que podem nos ajudar a compreender a sua opção pelo silêncio:

Y ahí si en el recorrido, lo que no podía entender, fueron a la casa de otra compañera mía del secundario, Patricia Miranda, que nunca militó. Nunca militó, Patricia, pero ni siquiera era allegada. Ella siempre estaba conmigo haciendo las clases de matemática, así que nada más. Ahí no entendía nada. Y Patricia estuvo dos años presa, se le murió su mamá estando en Devoto, pidió permiso a ir al velorio y no la dejaron. Así que realmente fue terrible por Patricia. (Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler, 2006).

Y Patricia es una chica que la levantan en una casa, con Emilce o con alguien más, había ido a estudiar. No tenía militancia, no tenía nada. Entonces como decimos se comió un garrón. Y cuando salió dijo ‘nunca más hablo ni mi meto’. Y fue así. Y efectivamente es una chica muy consecuente, porque yo creo que nunca hizo ningún tipo de declaración. Ni denuncia de nada. No sé dónde vive, ni nada. (Memoria Abierta, Testimonio de Gustavo Calotti, 2006).

Podemos assim concluir que para Patricia Miranda provavelmente a experiência do sequestro e do desaparecimento custou mais do que para os outros sobreviventes. Eles posteriormente conseguiram elaborar um sentido e uma narrativa que, ao ser contada publicamente, garantiu que *reaparecessem*. O ato de testemunhar significava superar as limitações impostas pelo desaparecimento, o resgate do sobrevivente da situação de violência (Selligmann-Silva, p. 66). “*¡Recién cuando pude empezar a hablar de lo que había pasado, a reconstruir mi historia, me sentí ‘aparecida’!*”, constatou Elisa Tokar, sobrevivente do centro clandestino Escola de Mecânica da Armada (Actis et al., 2001, p. 293). Dessa forma, Patricia Miranda continuaria sendo uma *desaparecida*, sobre a qual se encontram dados, nem sobre a sua história anterior ao desaparecimento, nem sobre o que lhe ocorreu após ser posta em liberdade. Sobre os que silenciaram ao fim da ditadura, Emilio Crenzel afirmou:

En el plano del testimonio, el desgarrador de este pasado ha hecho que muchas personas no estén dispuestas a dar testimonio, prefieren mantener su testimonio en el anonimato, prefieren que ciertas porciones de su testimonio no sean públicas porque este pasado sigue teniendo una serie de presencias que pueden llegar a comprometerlos. (Crenzel, 2011, p. 79).

Com base no seu caso, podemos levantar dois questionamentos. De um lado, pode-se pensar que o fato de que sua história esteja integrada à memória coletiva acerca da ditadura na Argentina – graças à notoriedade alcançada pelo episódio repressivo do qual fez parte – não significa que individualmente ela pôde superar o trauma, produzir uma narrativa de memória e assim comprometer-se no presente com o seu passado. De outro lado, silenciar é uma das opções que os sobreviventes de uma *situación-limite* podem fazer uma vez em liberdade, o que nos leva a problematizar a recuperação da trajetória dos sobreviventes apenas na sua posição de testemunha. Nesse sentido, os testemunhos aqui trabalhados apontam para alguns temas ainda não abordados na recente produção bibliográfica sobre a ditadura, como, por exemplo, a experiência de viver sob a ditadura após ter sido alvo da repressão – legal e ilegal –, e os estigmas sociais e políticos gerados posteriormente por ocupar esse lugar. O desafio que se coloca para quem trabalha com essas trajetórias é evitar juízos de valor acerca de tais silêncios, e buscar analisá-los tendo em vista a posição polêmica e paradoxal em que ainda se encontram os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção na produção e circulação de memórias sobre o passado recente argentino.

Referências

ACTIS, Munú et al. *Ese infierno: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

AGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ALGAÑARAZ, Julio. Nuevas cifras sobre los desaparecidos. *Clarín.com*, Buenos Aires, 11 dez. 2003. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2003/12/11/p-02003.htm>>. Acesso em: 12 set. 2014.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BALARDINI, Lorena; OBERLIN, Ana; SOBREDO, Laura. Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención. In: CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES [CELS]. *Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

BALMACEDA, Oscar. El doloroso recuerdo de una sobreviviente. *La Nación.com*, Buenos Aires, 17 set. 1996. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/172956-el-doloroso-recuerdo-de-una-sobreviviente>>. Acceso em: 12 set. 2014.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008.

CARNOVALE, Vera. Aportes y problemas de los testimonios en la reconstrucción del pasado reciente en la Argentina. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (Comp.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CATELA, Lumila da Silva. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CRENZEL, Emilio. La democracia y los derechos humanos en Argentina a la luz de la historia del Nunca Más. In: ALONSO, Fabiana et al. *Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia*. Santa Fe: Universidad del Litoral, 2011.

_____. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2003. In: _____ (Coord.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas – 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

FALCONE, Jorge. *Memorial de Guerralarga: un pibe entre cientos de miles*. La Plata: Campana de Palo, 2001.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

FORSTER, Ricardo. Las “almas de los muertos”. *Confines*, Buenos Aires, n. 4, jul. 1997.

GARAÑO, Santiago. *Entre resistentes e irrecuperables: memorias de ex presas y presos políticos (1974-1983)*. Tesis (Ciencias Antropológicas con Orientación Sociocultural) – UBA, Buenos Aires, Argentina, 2008.

GINZBERG, Victoria. “Lo más importante es que mis hijos no me vean derrotada”. *Página/12*, Buenos Aires, 15 set. 1998. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/1998/98-09/98-09-15/pag02.htm>>. Acceso em: 12 set. 2014.

_____. Reportaje a Emilce Moler. *Página/12*, Buenos Aires, 16 set. 2006. Disponible em: <<http://archivohistorico.educ.ar/content/reportaje-emilce-moler-ex-detenido-desaparecido>>. Acceso em: 12 set. 2014.

GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. “Nunca más”: el juicio más allá de los estrados. In: ACUÑA, Carlos et al. *Juicio, castigo y memoria: derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. Militantes y combatientes en la historia de las memorias: silencios, denuncias y reivindicaciones. *Lucha Armada en la Argentina*, Buenos Aires, año 5, 2010.

JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. Introducción. In: _____; _____ (Comp.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados: la lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

KAUFMAN, Alejandro. Notas sobre desaparecidos. *Confines*, Buenos Aires, n. 4, jul. 1997.

KEMELMAJER, Cintia; SAVORETTI, Leandro. La añoranza de volver. *El Día*, La Plata, 5 jan. 2013. Disponible em: <<http://www.eldia.com.ar/edis/20130105/La-anoranza-volver-informaciongeneral1.htm>>. Acceso em: 12 set. 2014.

LONGONI, Ana. *Traiciones: la figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión*. Buenos Aires: Norma, 2007.

LORENZ, Federico. *Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

_____. *Las guerras por Malvinas*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

MARTÍNEZ, F.; MIGUEL, L.; WIMAN, V. “El amor por un hermano fue más grande que cualquier dolor”. *Informe de Prensa de la APDH La Plata*, La Plata, 12 nov. 2003. Disponible em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/juicios/laplata/2003/laplatre_12nov03.htm>. Acceso em: 12 set. 2014.

MAS, Fernando. Un sobreviviente de ‘la noche de los lápices’ recordó su odisea. *La Nación.com*, Buenos Aires, 11 jul. 1998. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/103063-un-sobreviviente-de-la-noche-de-los-lapices-recordo-su-odisea>>. Acceso em: 12 set. 2014.

MEMORIA ABIERTA. *Abogados, derecho y política*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2010.

PASTORIZA, Lila. La doble vida de Emilce. *Página/12*, Buenos Aires, 21 set. 2001. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/2001/suple/Las12/01-09/01-09-21/NOTA3.HTM>>. Acceso em: 12 set. 2014.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007.

NUNCA más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1986.

OBERTI, Alejandra. La memoria y sus sombras. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. (Comp.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra. In: _____ (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RAGGIO, Sandra. En torno a “La noche de los lápices”: la batalla por los relatos. *Puentes*, La Plata, n. 18, set. 2006.

_____. La construcción de un relato emblemático de la represión: la “Noche de los Lápices”. In: CRENZEL, Emilio (Coord.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas – 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

_____. La noche de los lápices: del testimonio judicial al relato cinematográfico. In: FELD, Claudia et al. (Comp.). *El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

_____. Narrar el terrorismo de Estado: de los hechos a la denuncia pública – el caso de “La Noche de los Lápices”. *Cuadernos del CISH*, La Plata, n. 17-18, 2005.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.2, n.1, jan./jun. 2010.

SEOANE, María; RUIZ NÚÑEZ, Héctor. *La Noche de los Lápices*. Buenos Aires: Debolsillo, 2011.

SONDERÉGUER, María; CORREA, Victoria. *Análisis de la relación entre violencia sexual, tortura y violación a los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.

TENEWICKI, Inés; DUSSEL, Inés. “No soy sólo una sobreviviente” [entrevista com Emilce Moler]. *El Monitor de la Educación*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/monitor/nro14/entrevista.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. *Sobre la violencia revolucionaria: memoria y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio: argentinos en México, 1974-1983*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

Fontes orais

Memoria Abierta, *Testimonio de Alicia Carminatti*, Buenos Aires, 2006.

Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

Testemunhos judiciais

Memoria Abierta. Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6º Cuerpo del Ejército, 10.05.1985

Juicio a las Juntas. Testimonio por exhorto diplomático en la sede de la Embajada de la República en Francia, 8 ago. 1985. Disponível em: <<http://memoriadebida.org/content/calotti-atilio-gustavo-1>>. Acesso em: 12 set. 2014.

Filmes

EL BOLETO fue secundario. Direção: Ignacio Alvarez, Julián Carabajal, Luciano Tejada e Federico Tártara. Argentina, 2009.

LA NOCHE de los Lápices. Direção: Héctor Oliveira. Argentina, 1986.

LOS IRRECUPERABLES. Direção: Igrid Jaschek e Diego Díaz, 2006.

MONTONEROS, una historia. Direção: Andrés di Tella. Argentina, 1994.

Resumo: Nos primeiros anos da democracia, um episódio repressivo da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) cobrou particular notoriedade: *La Noche de los Lápices*. No relato consagrado na década de 1980, entre os sete desaparecidos haveria apenas um sobrevivente, Pablo Díaz. A partir de 1996, outras vítimas começaram a surgir publicamente, agregando novos elementos às narrativas sobre esse evento, sobretudo em relação à militância no movimento estudantil secundarista. Ao tornarem públicas suas memórias, Gustavo Calotti, Emilce Moler e Alicia Carminatti demonstraram que suas trajetórias foram dissimilares, assim como os marcos a partir dos quais recuperam sua experiência comum de sequestro e desaparecimento. O objetivo deste artigo é analisar as relações que suas memórias pessoais estabelecem com a narrativa consagrada, principalmente no que toca aos significados de ser um sobrevivente do episódio em questão. Por último, aborda-se o desafio de recuperar uma sobrevivente que nunca testemunhou e que conseqüentemente ainda não *reapareceu*: Patricia Miranda.

Palavras-chave: memória, ditadura civil-militar, Argentina, testemunho, sobreviventes.

Other faces of “La Noche de los Lápices

Abstract: In the early years of democracy, a repressive episode of the latest Argentinian civil-military dictatorship (1976-1983) gained special renown: the episode called “*La Noche de los Lápices*”. The enshrined report included among its victims seven missing people and only one survivor, Pablo Diaz. Starting in 1996, other victims began to emerge publicly, adding new elements to the episode, particularly concerning the militancy in student movements. By making public their memories, Gustavo Calloti, Emilce Moler, and Alicia Carminatti demonstrated that their trajectories were dissimilar, as well as the landmarks from which their common experience of abduction and disappearance was recovered. The aim of this paper is to analyze the relationships established between their personal memories and the consecrated narrative, especially about what it meant to be a survivor of this episode. Finally, it is discussed the challenge of recovering a survivor who never testified and who consequently has not reappeared: Patricia Miranda.

Keywords: memory, civil-military dictatorship, Argentina, testimony, survivors.

Recebido em 31/03/2014

Aprovado em 18/07/2014